

Sem verbas, ensino não melhora, diz secretário

*Para Borges dos Reis,
proposta depende de
novos investimentos por
parte da União*

HELIANA NOGUEIRA

Se não houver maior investimento por parte da União, a reforma no ensino de 1º grau proposta pelo governo federal — com a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Professor — apenas evitará desperdícios, na opinião do secretário municipal da Educação, Sólton Borges dos Reis. “Com os recursos de que o Ministério da Educação dispõe atualmente, não há como obter melhorias no ensino”, avalia Reis, que coloca em dúvida o au-

mento, prometido pelo governo, de R\$ 900 milhões nos repasses vinculados. “É preciso explicar se esse dinheiro será acrescentado ao que o governo federal é obrigado a destinar ao ensino”, acrescenta. “Caso contrário, será retirado do que atualmente é gasto com o 3º grau, que já não é compatível com o que se espera das universidades federais.”

Segundo Reis, o financiamento da educação no Brasil esbarra no que ele chama de clássico desencontro: “os economistas querem que os educadores façam milagres com o mínimo de verbas; os educadores desejam que os economistas tirem do fundo da cartola do coelho os recursos para manter a educação.” Ele compara a situação com a do ministro da Saúde, Adib Jatene, que tem encontrado dificuldades em sua luta

por novas fontes de receita. O secretário, porém, aplaude a iniciativa. “É a primeira vez na história do País que o governo revela um interesse efetivo com o ensino fundamental”, diz.

O presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Roberto Felício, também aprecia a preocupação do governo com o ensino fundamental, mas não deixa de fazer ressalvas à proposta. “Há duas lacunas que considero falhas graves”, acrescenta. “A pré-escola e a alfabetização de adultos não foram citados como parte da proposta.”

Além disso, segundo ele, seria necessário destinar entre 70% e 80% do fundo aos salários dos professores, em lugar dos 50% propostos.

Felício concorda que o Fundo precisa de maiores investimentos. “A idéia é boa mas necessita de quantias bem superiores”, diz, ao mesmo tempo em que se preocupa. “Na cultura de desperdício e desvio de dinheiro que existe no Brasil, esse fundo pode ser um grande

atrativo”, acrescenta. “É preciso que seja administrado por representantes das três esferas governamentais, dos que trabalham em educação e dos próprios alunos.”

ECONOMISTAS
QUEREM
MILAGRE,
AFIRMA REIS